

Escrito quase três meses depois da formidável investida terrorista que destruiu as torres do World Trade Center e esventrou o Pentágono, este artigo examina a bélica reacção dos Estados Unidos à agressão de que foram alvo. E tem três partes:

Na primeira sustenta tratar-se de uma guerra à partida justa, que tal se tem até agora, em substância, mantido e na qual os norte-americanos não lutam só por si próprios; merecendo, portanto, pleno apoio de aliados que frequentemente se têm mostrado tíbios;

Na segunda contesta certas pretensões *yankees* – doutrinárias e políticas – que ora excedem ora contrariam a justa causa da guerra e não correspondem a nenhum interesse comum;

A terceira consiste numa breve reflexão sobre conceitos que vêm ao caso, encontrados em Tito Lívio e em Santo Agostinho.

I. Guerra justa

1. Objecto de um ataque da envergadura do de 11 de Setembro – que acertou em símbolos maiores do poder económico e do poder militar dos Estados Unidos e por pouco não vitimou também um dos símbolos do poder político, destinatário do quarto avião¹ – não era *politicamente* concebível que uma grande potência deixasse de usar a maneira forte ao ripostar. Pedir-lhe, como de vários lados se lhe pediu, que aproveitasse a ocasião para se arrepender das próprias culpas e se dedicar a um pacífico combate às causas profundas do sucedido, reais e imaginárias, bem como à edificação de uma nova ordem internacional mais aceitável do que a que hoje tão duvidosamente vigora, foi puro lirismo nuns casos e noutros politiqueria retórica. Na verdade, quase toda a gente esperou ou temeu uma violência norte-americana desmedida e brusca; espantando-se, pesarosa ou aliviada, quando ela não veio... Após um compasso de espera, o que veio foi uma acção na qual a mão militar avulta, mas guiada e contida por prudentes considerações políticas. Basta recordar o empenho, até

agora bem sucedido, posto em não se afrontar o Islão em geral, antes se procurando obter a cooperação dos árabes e muçulmanos moderados; e, por outro lado, a manifesta vontade de reduzir substancialmente o número dos civis vítimas, no Afeganistão, de bombardeamentos cujo humanitarismo (incapaz de evitar terríveis desastres – ditos, em detestável burocratês, «efeitos colaterais») só é desprezado por quem prefere não pensar nas hecatombes que já se teriam registado caso os americanos bombardeassem sem procurarem poupar a população civil; como bombardearam a Alemanha (e pior ainda o Japão) sem que isso nos obrigue a declarar afinal injusto o combate que então travaram contra o nazismo, salvando a Europa e não só... Mas, como um requisito da ideal guerra justa é o da inviolabilidade dos não-combatentes, reconheça-se que algum cuidado com isso está agora a ser tomado no Afeganistão, que na II Guerra Mundial nenhum dos contendores tomou. Propiciado pelos progressos da tecnologia militar, pedido pela sensibilidade actual de opiniões públicas (americanas, europeias, muçulmanas...) que seria perigoso ignorar, dir-se-á que esse cuidado procede de cálculos frios e não de corações quentes, mais cauteloso do que virtuoso. Mas talvez a cautela aceda aqui à prudência, virtude maior. Em política, é por vezes muito difícil distingui-las uma da outra.

De qualquer modo, guerra prudente não é sinónimo de guerra justa; pois só será justa a deveras necessária àquele que a faz². Cabe agora considerar deste ponto de vista o caso em apreço.

2. Como logo disse Henry Kissinger, no *Washington Post* do dia seguinte aos atentados, coisas destas requerem «um planeamento sistemático, uma boa organização, muito dinheiro e uma base de apoio», já que não é possível improvisá-las nem planear nada do mesmo género «quando se está em permanente movimento». Parcialmente transcrito pelo *Público* a 13 de Setembro, o artigo do ex-Secretário de Estado tem por título «Destruam a

rede», por ele definida como conjunto de «organizações terroristas abrigadas nas capitais de alguns países», com parte das quais os EUA continuavam a manter «um relacionamento praticamente normal», enquanto se abstinham de punir os restantes. Para destruir a rede – «serenamente, com cuidado e de forma implacável» – eis o que teria de mudar. E eis, o que, de facto, começou a mudar no Afeganistão, onde o regime taliban acaba de cair. Talvez a sua queda seja um indício de que, satisfazendo outro requisito da guerra justa, alguma razoável esperança de sucesso existia à partida... Mas adiante.

Sucintamente, a presente guerra americana justifica-se pelo facto de o terrorismo ser não só aquilo a que Kissinger chama «uma ameaça ao nosso modo de vida e à nossa existência enquanto sociedade livre»³ – mas também por uma outra necessidade, mais imediata e angustiosa. Com efeito, a força, a competência e a sofisticação dos feitos de 11 de Setembro forçam quem se interesse pela segurança da comunidade visada a assentar os seus cálculos na hipótese pessimista de que eles não passaram de um começo e de que outros já estavam (e estão) a ser activamente preparados, quiçá em adiantado estado de preparação. Evitá-los ou, pelo menos, reduzir-lhes o número e diminuir-lhes o alcance, tornou-se preocupação maior dos dirigentes americanos. Ao clamar pela destruição da rede, Kissinger sabe que este objectivo não é alcançável de um dia (ou mês, ou sequer ano) para o outro; e por isso salienta, repita-se, que tais ataques não podem ser planeados por quem «está em permanente movimento» e não dispõe de uma estável base de apoio. Assim, para mais ou menos completamente se impedir ou se frustrar a acção de células terroristas dispersas pelo mundo (sobretudo ocidental) há que acozá-las constantemente e que as privar desse apoio – logístico, financeiro, relativo ao recrutamento e à formação de quadros, etc. Nesta ordem de ideias, exortar os EUA a deixarem em paz estados hospedeiros (quando não fautores) de organizações terroristas anti-americanas, dedicando-se em vez disso à promoção económica e social do Terceiro Mundo e ao fomento da justiça entre as nações (quiçá começando por

forçar Israel a ceder em toda a linha aos palestineses...) equivalia a pedir-lhes para esperarem passivamente o próximo golpe mortífero e devastador. Quem tal pedido fez ou estava a sonhar ou desejava mesmo não ser atendido.

3. Em se tendo deveras presente que nas torres nova-iorquinas e no Pentágono (sem esquecer o quarto avião) morreram numa bela manhã milhares de pessoas, logo se entenderá que evitar repetições deste acto é desde então, muito justamente, preocupação prioritária do governo dos Estados Unidos e deveria sê-lo, também, dos de todos os países seus aliados⁴. Ora, para que atentados prolongando esses não aconteçam – ou, em não se conseguindo preveni-los todos, para que só *in diminuendo* possam acontecer – várias coisas se afiguram indispensáveis: acossar sem descanso por toda a parte as células da Al-Qaeda; bloquear as vias através das quais elas obtêm dinheiro, informações, alojamentos, transportes...; destruir os seus «santuários» ou bases na retaguarda, derrubando os regimes que lhos propiciam; e pôr fora de combate os grandes chefes do movimento terrorista que as orientam e inspiram mesmo que as não controlem estritamente.

Do ponto de vista de uma defesa avançada, à qual só por pura insensatez os Estados Unidos renunciariam, objectar-se-á que a presente ofensiva no Afeganistão contra o regime talibânico, além de não acabar com o terrorismo produzirá, isso sim, no mundo islâmico, ressentimentos ainda mais profundos do que os já existentes, e com eles novas, abundantes e ardentes fornadas de terroristas. Pois. Mas este argumento de aparente bom senso – correndo paredes meias com uma fácil denúncia das obsessões securitárias que de facto se têm manifestado, as quais, porém, se não esbatem e antes se excitam quando se lhes opõe descuido em matéria de segurança – este argumento, dizia, ignora olímpicamente a ameaça terrorista, que não pesa só sobre os Estados Unidos; parecendo quem o usa ora descrer da gravidade dela, ou até da sua realidade (e há críticos que a acham inventada por quem dela se diz

objecto), ora acreditar em que uma renúncia do tio Sam ao uso da força teria o miraculoso efeito de fazer com que bin Laden e companhia desistissem das violências que têm na forja. Eis um intercâmbio de gentilezas altamente improvável, convir-se-á; probabilíssimo se afigurando, ao invés, que essa renúncia fosse tomada como sinal de fraqueza (e não de boa vontade) desmoralizando o seu campo, incitando inimigos impunes a tentar alargar a brecha aberta, engrossando as fileiras do terrorismo com novos candidatos a frutuosos «martírios»⁵... Cultores de uma íntima irresponsabilidade política, os ocidentais apaziguadores não costumam considerar este aspecto da questão.

4. Justa causa de guerra – de todo ausente, note-se, no caso do Kosovo, não tendo a Sérvia atacado nem ameaçado os Estados Unidos e a NATO, que a devastaram em nome de um humanitarismo demagógico, hipócrita e contraditório⁶ –, a agressão de 11 de Setembro suscitou imediatamente a solidariedade para com Washington dos seus parceiros na Aliança Atlântica, que invocaram o famoso artigo 5.º do respectivo tratado; considerando, e bem, o ataque à nação-líder do Ocidente como dirigido, também, contra todos eles. Trata-se, pois, em princípio, de uma solidariedade profunda, mas sabe-se quão cheios de timoratas reticências e interesseiros «distinguos» andam muitos governos europeus, para já não falarmos nas segundas intenções do decidido intervencionismo britânico... A propósito de tudo isto, convém notar que os Estados Unidos, congratulando-se com o alinhamento da NATO, não o solicitaram; tal como não solicitaram o bem-vindo apoio dos Estados americanos nem pediram ao Conselho de Segurança da ONU a excelente cobertura que este lhes forneceu. Ora, foi de caso maduramente pensado que se guardaram de fazer isto e aquilo.

5. No artigo atrás referido, Henry Kissinger mostra-se sintonizado com a linha que cedo prevaleceria na Administração Bush, ao declarar que, perante uma tal

ameaça ao seu sistema de segurança, a resposta americana «não pode depender de um consenso, apesar de este ser um assunto em relação ao qual nós e os nossos aliados devemos encontrar uma forma de resistência concertada». Na actual conjuntura, talvez deva entender-se que o termo «aliados» designa não só os antigos, entre os quais avultam os países da NATO e alguns muçulmanos, mas também alguns muito recentes, como a Rússia, que tão pronta e preciosa colaboração tem prestado aos EUA no processo em curso: fazendo óptima cara a um jogo que já instalou tropas norte-americanas em territórios que foram da União Soviética... Há mesmo quem pense que esse processo, transformando substancialmente o quadro das relações internacionais, desembocará na criação de uma nova Santa Aliança (largamente antiterrorista, a seu modo conservadora e empenhada em impor no mundo uma certa ordem) na qual gigantes como a China e a Índia, quiçá a Indonésia e o Brasil, também serão chamados a participar; não ficando de fora a União Europeia, claro está. Mas basta de divagar.

De qualquer modo, bem se entende que os EUA não queiram deixar a sua resposta ao ataque de que foram alvo à mercê de estados de alma e de pró-arabismos europeus, de ambiguidades sauditas, de dilações onusianas, de procedimentos do inefável Tribunal Penal Internacional⁷ ou de algum veto russo ou chinês. Apanágio óbvio da sua grande potência, a disposição de Washington de não esperar pelos consensos para avançar não está isenta de arrogância⁸. Mas corresponde primariamente a uma real necessidade política, que a legítima e a cuja luz deve ser, antes do mais, considerada.

6. Tem muito a ver com essa necessidade e urgência – de reagir livremente – a, digamos, *opção* norte-americana consistente em ver nos atentados de 11 de Setembro um verdadeiro *casus belli*, logo equiparado à agressão japonesa a Pearl Harbour. A comparação entre estes dois feitos de violência aérea, súbita e devastadora, só há-de parecer exagerada a quem pense que a guerra tem

por força de ocorrer entre Estados, únicas entidades contempladas na clássica teoria dela. Mas as realidades contemporâneas obrigam-nos a reconhecer o carácter camaleónico da guerra, alargando-lhe o conceito de modo a compreender casos bélicos cujos protagonistas (ou parte deles) não são Estados. A saber: as guerras ditas de libertação nacional⁹ e as guerras civis, que também elas prosseguem por outros meios uma política nem sempre estatal¹⁰. Estamos habituados a pensar em termos de Estado a estruturação do poder político; e é verdade que esse poder se consagra e estabiliza ao estadualizar-se assumindo formas jurídicas; mas também sucede que existe longa e poderosamente (passe o pleonasma) à revelia do direito e do Estado: ora assumindo as aparências destes enquanto por dentro os destrói, coisa que faz nos impropriamente chamados *Estados totalitários*, sendo esta expressão intimamente contraditória; ora prosperando à margem da lei como as guerrilhas persistentes ou certas organizações criminosas cujo enraizamento e envergadura chegam a pôr em causa a existência da ordem estatal. Nesta linha, talvez possa dizer-se, sem exagero, que, aos Estados Unidos, a Al-Qaeda surge qual potência estrangeira multinacional (movendo-se nas areias movediças da globalização) que já é ou virá a tornar-se, se a deixarem, tão perigosa ou mais do que foi o Japão...

7. Noutro plano, o da psicologia colectiva, era inevitável que, perante a agressão agora sofrida, muitos norte-americanos espontaneamente se lembrassem e outros fossem (pelo governo, pelos *media*, por parentes ou amigos...) facilmente levados a lembrarem-se de Pearl Harbour e a desde logo se sentirem patrioticamente embarcados numa nova guerra. Sincero mesmo quando induzido, este sentimento popular corre no mesmo sentido da teórica digressão precedente, confirmando a bélica definição da natureza do conflito adoptada pelo governo de Georges W. Bush¹¹. Mas essa definição, apoiada pela grande maioria do povo e a quase totalidade dos congressistas, corresponde

também – quiçá sobretudo... – à necessidade de guardar as mãos livres atrás mencionada. Se não tivessem constituído um acto de guerra, os atentados de 11 de Setembro teriam de ser objecto de um processo essencialmente jurídico e mais exactamente jurídico-penal, submetido a formalismos estritos, respeitador de múltiplos direitos e garantias individuais, e governado pelo princípio de que ninguém pode ser condenado quando acerca da sua culpabilidade subsista alguma razoável dúvida. Em todo o Ocidente, passam constantemente filmes glosando e exaltando em vários tons esta regra sacrossanta, que em qualquer *due process of law* não admite excepção. Outro galo canta, porém, em se tratando de guerra e de política, domínios que escapam largamente ao direito. No dia seguinte ao dos atentados, Henry Kissinger confessou não saber «se Osama bin Laden fez isto, apesar de a operação parecer ter as suas impressões digitais». Mas esta confissão não o impediu de prosseguir afirmando, sem a menor transição, muito tranquilamente, que «qualquer governo que acolha grupos capazes deste tipo de ataques, quer possa ser visto como tendo estado envolvido neste quer não, tem de pagar um preço exorbitante». Talvez o governo americano já tivesse a 12 de Setembro as provas (da posse das quais se gabou, guardando-se porém de as publicar) que faltavam a Kissinger; e, para alívio de puritanos, a sequência dos acontecimentos parece confirmar que bin Laden era de facto responsável por aquilo e que o governo afegão estava mesmo envolvido. Mas o princípio da acção dos EUA – a qual não esperou por confirmações – foi o da necessidade política.

8. Guerra justa, pois, porque necessária... E guerra com justa causa, não só para quem identifica esta última com a pura necessidade política dos que recorrem às armas, mas também para aqueles que – reconhecendo pelo menos, com Winston Churchill, que as tão defeituosas democracias demoliberais, ditas ocidentais, realizam o pior tipo de regime à excepção de

todos os outros – consideram que os EUA, ao lutarem contra o terrorismo internacional, também se batem por valores que transcendem os seus particulares interesses e a sua posição¹².

Embora ponham problemas sérios noutra sede (e lá iremos) não valem aqui algumas objecções brandidas, num injusto desespero de causa, pelos adversários da ofensiva norte-americana e britânica no Afeganistão. São as seguintes:

À uma, a de que, impantes paladinos da democracia e dos direitos humanos, os Estados Unidos as estão defendendo no Afeganistão de braço dado com facinorosas hordas da Aliança do Norte, cuja crueldade e cuja arbitrariedade pedem meças às dos *taliban*. Parece que sim e que certas vitórias já deram azo a massacres que os militares anglo-saxónicos não puderam ou não quiseram evitar. O problema que tudo isto põe é grave, mas, infelizmente, guerra justa não é sinónimo de guerra impecável¹³. Se o fosse, teria sido injusta a das democracias ocidentais contra Hitler, a partir do momento que se aliaram com Stalin. E lá diz o povo, na sua sabedoria, que às vezes as doenças caninas se curam com pêlo de cão. Ponto é que haja limites e que o curandeiro se não comece a portar ele mesmo como um animal...

Outra objecção, pior, é a de que os Estados Unidos – além das culpas que lhes cabem no cartório da exploração capitalista e das prepotências imperiais, criadoras de um caldo de cultura propício à aparição e à exploração do terrorismo – tiveram, quais aprendizes de feiticeiro, participação directa no fomento de organizações cujo contributo para a luta anti-soviética no Afeganistão muito lhe conveio; e que só agora delas se queixam, «vomitando» o terrorismo porque o feitiço contra eles se virou... Também neste argumento há uma parte de verdade; mas, mesmo admitindo a benefício de inventário, para facilitar, que todas estas culpas – a directa e as indirectas – são ainda maiores do que as pintam, não se vê como é que da sua existência se extrai uma inibição do direito de legítima defesa dos EUA, quando atacados por um

monstro por eles criado ou alimentado. Na criação do caldo de cultura de que emergiu o nazismo, tiveram vastas responsabilidades os seus futuros vencedores, a começar pela França de Clémenceau, que impôs em Versalhes condições de paz políticas e económicas visando deliberadamente humilhar e quase esfaimar a Alemanha¹⁴. Na promoção de uma imagem democrática da URSS e no fomento directo da potência industrial e militar soviética, que depois se voltaria contra o Ocidente, brilhou a grande altura a América de Franklin Delano Roosevelt. E daí? Grandes accionistas de Versalhes, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha hitleriana quando esta invadiu a Polónia: muito justamente, salvo que talvez o devessem ter feito antes, aquando da invasão da Checoslováquia; e os Estados Unidos dispuseram-se firmemente, de acordo com o famoso artigo 5.º do tratado da NATO, a guerrear a URSS caso esta atacasse algum parceiro seu. O facto de isso não ter tido de acontecer nada tira nem põe no presente debate.

E a terceira objecção é a de que nem a submissão militar do Afeganistão e de outros países favoráveis à Al-Qaeda ou a quaisquer outras redes terroristas nem a perseguição policial das células dispersas eliminam as causas mais profundas do terrorismo, que são de ordem sócio-económica, política, cultural... E não. Ora, convém tratar delas, mas (não cabendo encetar neste artigo a árdua averiguação de quais são ao certo, da importância absoluta e relativa que têm e de como podem ser eficazmente enfrentadas) nada em princípio obriga a que esse tratamento de medicina geral e a intervenção cirúrgica se excluam; e está por provar que as armas não têm, por vezes de falar primeiro...

Podemos prosseguir.

II. Pretensões vãs

1. O que precede fundamenta uma atitude de inequívoco apoio (despido de reservas mentais e de discretas ou indiscretas complacências para com o implacável inimigo, almejando seduzir árabes e muçulmanos moderados ou prevenir retaliações dos terroristas...); um apoio, político e, se solicitado, militar¹⁵, à posição assumida pelos Estados Unidos; os quais, até agora, têm rija e inteligentemente ladeado a insidiosa opção que o terrorismo lhes propôs, entre uma cega violência e uma brandura cujos pretensos humanismo e progressismo constituiriam, na verdade, uma catastrófica fraqueza.

Apoio inequívoco, pois. E apoio completo, ou seja, relativo tanto ao objectivo final (a destruição das redes terroristas) quanto aos passos necessários para o alcançar, que são: por um lado a constante perseguição política e policial das células terroristas dispersas; e, por outro lado, o ataque não só ao Afeganistão mas também, se preciso for, a qualquer outro Estado hospedeiro da Al-Qaeda ou de alguma organização análoga. Contra esta possibilidade, já se desenham grandes manobras, por vezes jubilatórias como a que se congratula com o sucesso da campanha afegã, tendo o secretário-geral da ONU declarado que não vê nenhuma necessidade de os americanos irem a outros países. Ora, basta considerar a muito real possibilidade de o terrorismo vir a utilizar armas nucleares, para se suspeitar de que o ilustre personagem não enxerga longe. Muitos governantes europeus padecem aparentemente da mesma moléstia mas o que provavelmente têm é medo de eventuais retaliações terroristas sobre os respectivos países, além de temerem comprometer frutuosos negócios. A coragem política não é o seu forte e talvez a Al-Qaeda tenha errado ao agredir logo os Estados Unidos, em vez de começar por procurar isolá-los, atirando-se, menos simbólica e estrondosamente, à mais friável Europa...

2. Em vez da passividade e de divisões que seriam muito de temer se a ofensiva antiocidental da Al-Qaeda tivesse começado pela Europa, o ataque

prioritário aos Estados Unidos provocou uma resposta forte, produtora de uma possibilidade de efectiva união dos visados que, a consumir-se, oporá ao terrorismo internacional, e ao pan-islamismo fundamentalista que o inspira, uma barreira muito provavelmente invencível. O apoio aos Estados Unidos situa-se neste horizonte em que, ao defenderem-se a si mesmos, eles têm confirmado e reforçado uma liderança indispensável, que nenhum outro Estado ou grupo de Estados estará proximamente em condições de partilhar e muito menos de disputar. É bom que se assente nisto, excluindo um antiamericanismo larvar que, sobretudo em certas nações que também já foram imperiais, esquece demasiado facilmente tudo o que a Europa deve ao Tio Sam.

Mas, dito isto, também há que não sermos aliados imbecis e servis: imbecis se engolirmos todas as patranhas ideológicas que nos chegam de além-Atlântico; servis se acharmos bem que uma necessária liderança político-militar degenere em arbitrária chefia. Não convém mesmo nada cair-se nisto ou naquilo, sobretudo numa altura em que o trauma da agressão sofrida e as exigências da acção que se lhe seguiu – bem como a sua euforia, pois tem sido, até hoje, vitoriosa: talibans rendidos no Afeganistão e nos States nem mais um atentado de monta¹⁶ – excitam na sociedade norte-americana não só apreciáveis virtudes (coragem, perseverança, prudência), até agora dominantes, inclusivamente ao nível do poder político, mas também uma intolerância puritana, uma desmedida arrogância e baixos instintos violentos e vingativos, que a esse nível também já se manifestaram:

A arrogância, no primeiro e alarmante nome – «justiça infinita» – posto à operação desencadeada no Afeganistão. Foi um insulto a Deus, se Ele existe, à humana razão certamente e aos árabes e muçulmanos moderados que era preciso cativar, não sendo esta enumeração nada exaustiva; e foi, em suma, algo de muito mau presságio, mesmo para quem não consiga pressentir que

se o *Titanic* se tivesse chamado muito simplesmente *Queen Victoria* ou até (concedendo-se-lhe certa ousadia) *Cecil Rhodes*, talvez não tivesse ido ao fundo... Correspondendo a uma algo patética tentativa de renovação na continuidade, a expressão «liberdade duradoura», afinal adoptada, também não é famosa mas ainda bem que alguma sensatez prevaleceu. No entanto, o facto de a primeira escolha ter ocorrido dá que pensar.

A intolerância e o puritanismo permanentes nos discursos de Georges W. Bush¹⁷, fechados ao entendimento das causas do terrorismo e das motivações dos terroristas. Numa altura em que choviam os convites a uma compreensão «profunda» conducente à paralisia política, eis o que talvez também tenha tido efeitos positivos. Mas ao permanecerem e ao serem levados a extremos que nos Estados Unidos encontram terrenos férteis, esta intolerância e este puritanismo tendem: à *uma*, para graves erros de estratégia e de tática política; e, à *outra*, para o crime, ao ver nos inimigos a encarnação do mal, a eliminar expeditamente, uma espécie de monstros que já da humanidade não fazem, afinal, parte. Retomaremos o fio deste discurso no ponto seguinte, nada teórico, onde entram em cena tribunais. Mas antes de lá chegarmos deve aqui referir-se um aparatoso reverso da intolerância puritana. A saber: a crença, comum a tanta gente nos EUA, de que os soldados e o povo norte-americanos formam um só exército de impolutos combatentes numa cruzada do Bem contra o Mal. Eis o que só é possível com a ajuda de gigantescas falhas da memória histórica da nação, convenientemente esquecida da ajuda (ou pior) por ela dada a terrorismos vários – entre os quais o do próprio bin Laden – ora por agências estatais ora por instituições da sociedade civil: recorde-se a propósito, o financiamento da UPA de Holden Roberto, autora dos massacres do Norte de Angola em 1961...; para já não voltarmos ao caso, atrás referido, dos bombardeamentos terroristas de populações civis no decurso da II Guerra Mundial, que, ao contrário dos do Afeganistão, não procuraram poupar os civis não

combatentes; e que foram ademais suspeitos de visar sobretudo aterrorizá-los, quando, na fase final do conflito, talvez não fossem militarmente necessários...

E a violência, expeditiva e vingativa, manifesta-se, inter alia, no projecto de criação de tribunais militares ou outros especiais para julgar autores e cúmplices de atentados terroristas, com substancial diminuição das garantias de defesa, das quais os cidadãos norte-americanos suspeitos do massacre do Oklahoma City não foram privados. Dado ser composta por árabes a maioria dos membros da Al-Qaeda conhecidos como terroristas, este projecto (que também tem contra si o facto de não haver guerra declarada e de a competência dos ditos tribunais não parecer limitada aos teatros de operações...) será provavelmente, quiçá com alguma demagogia, arguido de racismo. E em matéria de poder judicial não é tudo, já que, numa discriminação simétrica mas desta vez favorável aos arguidos (por sinal cidadãos seus...), os EUA – que não reconhecem o Tribunal Penal Internacional – não aceitam que este venha a julgar norte-americanos acusados de crimes que caíam sob a sua alçada; ameaçando usar a força que não lhes falta para irem buscá-los, supõe-se que à Holanda: a eles e também a membros da Al-Qaeda, para punir os quais pretendem atribuir a tribunais seus, especiais e nacionais, um monopólio de jurisdição sobre o terrorismo por eles mesmos definido como internacional.

Ameaçando danificar gravemente um dos pilares da sua democracia, e confirmando incidentalmente que o TPI é um tribunal duplamente especial, que só julga certos crimes e só incrimina fracos e vencidos – numa caricatura de justiça espantosamente defendida por pessoas que nos seus países sempre se bateram contra coisas assim – esta atitude dos Estados Unidos manifesta também uma preocupante tendência a tornarem-se prepotentes para com os seus mais próximos aliados, quiçá no convencimento de que estes nunca terão

outro remédio senão segui-los. É tão-só uma tendência, contra a qual se levantam além-Atlântico importantes vozes e que, aí, ainda não triunfou. Mas seria bom que, nesta matéria, como em matéria de obsessões securitárias potencialmente liberticidas, a Europa desse alguma ajuda aos norte-americanos defensores do comedimento. Infelizmente, alguns países europeus, a começar pelo Reino Unido, vão na vanguarda do excesso.

III. Anexo sobre doutrina

Como os leitores familiarizados com o tema certamente notaram, duas diversas concepções de guerra justa assomam nas páginas precedentes: a) identificando a justiça em questão com a necessidade de quem à guerra recorre, a transmitida por Tito Lívio é imanentista, subjectivista, existencial; b) ao passo que na outra, procedente de Santo Agostinho, justiça é conformidade com uma ordem objectiva –querida por Deus, pensam os crentes, ao passo que outros a acham simplesmente natural – à qual a acção humana, para ser justa, tem de se conformar. A tonalidade dominante é aqui moral, além psicológica e política. Há, não obstante, uma zona de parcial coincidência entre as duas concepções: basta reparar-se em que, para ser mesmo justa (isto é: deveras necessária e realmente portadora de esperança) a guerra do general samnita (v. nota 2) só ocorrerá quando não existam ou se achem esgotados todos os meios de solução pacífica do dissídio que a provoca (de outro modo, onde estaria a sua necessidade?) e quando quem a decide tenha, à partida, reais possibilidades de a vencer e de que os ganhos através dela obtidos compensem os sacrifícios que a guerra verosimilmente custará: senão, que é da esperança? Ora, estes três requisitos coincidem com outros tantos da concepção augustiniana, respectivamente o da última *ratio*, o da razoável esperança de sucesso e o da proporcionalidade. Mas esta tradição também exige que a guerra poupe os não combatentes; e que seja decidida por uma autoridade legítima e prosseguida com recta intenção, visando uma justa paz;

sem dar campo à vingança, ou à cobiça, nem de qualquer outro modo comprometer gravemente a justa causa que a move¹⁸. Ora, nada disto se deduz da necessidade e da esperança invocadas pelo samnita de Tito Lívio; muito pelo contrário, tudo isto tende a limitar a acção guerreira: por um lado, enquadrando-a institucionalmente; por outro, submetendo ao controlo de imperativos morais os seus «necessitados» (quicá bárbaros) impulsos e as suas tantas vezes destemperadas, caprichosas e devastadoras esperanças. Nesta ordem de ideias, claro que a própria justa causa – requisito maior – não é sinónimo de subjectiva necessidade. A seu modo, a guerra justa de Santo Agostinho também é necessária: os homens de boa vontade só forçados a isso recorrem às armas (enquanto os outros guerreiam por querer...); mas a necessidade que os força procede da injustiça do inimigo; e este é injusto não, *ipso facto*, por ameaçar interesses ou posições sentidos como vitais, mas tão-só por fazê-lo infringindo uma ordem objectiva racional e boa – posta por Deus ou pela mãe Natureza – no seio da qual esses interesses são legítimos e merecem protecção.

Espera-se que não demasiado enfadonha, a precedente digressão talvez ilumine este escrito, onde a invocação de uma necessidade e de uma urgência por assim dizer existenciais constitui o principal argumento legitimador da resposta norte-americana aos atentados de 11 de Setembro; mas onde, todavia, essa resposta (ao longo de cujo diversificado percurso os Estados Unidos pretendem – justa porque necessariamente, dir-se-á... – manter a cada passo uma grande liberdade de acção) não deixa de ser confrontada com requisitos da guerra justa agustiniana. Ora, no quadro desta, cujo fundamento é outro, a legitimação da guerra fia muito mais fino, trate-se de justificar o seu início, a sua continuação ou o seu fim. Em todas estas fases, a acção bélica é aferida por normas sobranceiras, que constituem um ideal (de guerra justa) ao qual ela deve conformar-se. Não quer isto dizer, repita-se, que guerra justa seja sinónimo de guerra impecável: a perfeição não é deste

mundo e dos ideais doutrinários, abstractos e por definição inatingíveis, toda a prática fica sempre a uma grande distância.

Assim, a mais justa das guerras concretas será sempre extremamente defeituosa – isto é: algo injusta, não há que ter medo das palavras – à luz do ideal acima referido. Da contemplada neste artigo já sabemos, por exemplo, que, apesar de consideráveis esforços nesse sentido, não garante completamente (longe disso) a inviolabilidade dos não-combatentes; que as forças armadas dos EUA e da Grã-Bretanha aí se aliam a exércitos mais ou menos tribais violentos e vingativos, bons para levarem a cabo espontaneamente sórdidas tarefas; e que o Congresso norte-americano, apoiando o governo que a faz, não a declarou; ora devia tê-lo feito, pelo menos no caso do Afeganistão¹⁹, sujeito de direito perfeitamente identificado, como o não são as redes terroristas ou o terrorismo internacional que só através delas existe... Para adeptos de visões da guerra justa exacerbadamente ideológicas, moralistas de perfil puritano ou jurídico-formalistas, estes defeitos, falhas, vícios, pecados, ou como se lhes queira chamar, serão mais do que suficientes para condenarem sem apelo o que se está a passar. No pólo oposto reúnem-se os realistas da espécie despachada e os da remordida, mais ou menos ingénuos, cépticos ou cínicos (mas sempre em definitivo reverentes perante as razões de Estado e a chamada força das coisas) e para esses só são injustas as guerras perdidas. Mas, navegando entre Cila e Caribdis, talvez seja melhor concebermos largamente a necessidade e as necessidades políticas da guerra, sempre amarga e que por vezes pede alianças com o diabo; sem por isso desistirmos de a moralizar na medida do possível. Em suma, e salvo erro, nem a política nem a moral devem mandar, por sistema, uma na outra. Só em situações-limite é que entre elas temos, como Antígona, de escolher.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2001

Notas

¹ Provavelmente, ia para o Capitólio (imagine-se aquela cúpula esventrada...) e não contra a Casa Branca ou contra o Presidente itinerante, muito mais difíceis, quiçá impossíveis, de atingir.

² *Justum est bellum quibus necessarium et pia arma quibus nulla nisi in armis relinquentur spes.* Justa é a guerra para o que dela tem necessidade e santas as armas para quem só no recurso às armas vislumbra esperança. Esta definição clássica procede de Tito Lívio, que a atribui a Caius Portius, general samnita.

³ A existência desta ameaça viria a ser confirmada por posteriores declarações de Osama bin Laden, bem como pela promessa de destruição dos EUA feita pelo *mullah* Omar. Claro que para estes a liberdade americana não é digna de consideração...

⁴ Sobre o envolvimento destes países no caso em apreço, dão-se algumas indicações adiante.

⁵ Sofrimento que os mártires são forçados (por outrem) a suportar, não parece que o autêntico martírio possa ser auto-infligido ou consistir numa morte fulminante – que não dê tempo à dor – como a dos terroristas que se sacrificaram nos aviões.

⁶ Exagero colossal no número das vítimas dos sérvios; completa indiferença, ao longo de uma campanha toda aérea, mantida durante meses nas alturas, pelo destino (em baixo) daqueles em cuja defesa jurava acorrer; abandono, enfim, dos sérvios à sua sorte, quando de opressores passaram a oprimidos...

⁷ V. II, 2 infra.

⁸ V. II, 2 infra.

⁹ «Ditas» porque, muitas vezes, ainda está por constituir a nação a libertar...

¹⁰ Sobre tudo isto v. Carlos Gaspar, «A guerra dos camaleões» (in *Público*, 26-09-2001) onde lembra que a fórmula de Clausewitz, de acordo com o qual «a guerra é a continuação da política do Estado por outros meios», é «frequentemente mal citada, omitindo-se a referência ao Estado». Mal citada mas talvez bem adaptada ao nosso tempo.

¹¹ O governo Bush declarou-se em guerra mas não a declarou a ninguém. Nem podia: é competência reservada do Congresso. Sobre o facto de este não a ter usado, v. III, nota 19, infra.

¹² Sobre uma (relativa) convergência e compatibilização do *justum est bellum quibus necessarium*... com os requisitos da guerra justa segundo Santo Agostinho, cuja justa causa é bem mais exigente, v. III, infra.

¹³ V. III, infra.

¹⁴ V. de John M. Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (reed. Penguin Books, 1995), grande livro político, publicado meses depois da Conferência de Versalhes.

¹⁵ Portugal parece nestes dias preparar-se para enviar para o Afeganistão um avião de transporte com militares humanitários e não-combatentes. Enfatizar isto, para consumo interno ou para convencer árabes e muçulmanos de que só entramos nesta guerra para fazer o bem, não passará de esperteza saloia ou culto de um pacifismo prejudicial. Se tivermos de levar alguma pancada da Al-Qaeda, antes seja em troca de algo mais substancial.

¹⁶ É porém muito cedo para se embandeirar em arco, não parecendo nada provável que a guerra contra a Al-Qaeda e o terrorismo internacional consista apenas em vitórias.

¹⁷ Enganaram-se porventura os que o achavam um patinho feio (lá isso é) ignorante e obtuso, apenas com a sorte de ter aquele pai a quem terá ficado a dever tudo e até alguns bons conselheiros. Mas parecem apressados os que, fiados sobretudo em sondagens de popularidade, já o transformaram em génio político.

¹⁸ Numa visão equilibrada (ver adiante) admitir-se-á aqui a interferência de outras motivações – por exemplo: algum cheiro a petróleo e a gás, superabundantes na Ásia

Central – mas só desde que se não tornem motivações dominantes e não passem a governar em última instância a acção, transformando a justa causa em mero pretexto. No caso em apreço, convém não perder de vista este aspecto das coisas.

¹⁹ Dizer-se que o verdadeiro inimigo é o terrorismo internacional, ou que esta guerra não visou um país e o seu povo mas tão-só um regime político prevaricador, são meros sofismas. Ao não a declarar, tratou-se sim, de novo, para o Executivo norte-americano, de manter as mãos livres: livres, por exemplo, em face de um Congresso que agora o apoia mas amanhã poderá deixar de apoiar; ou dispensado de aplicar certas normas de direito internacional relativas a prisioneiros de guerra...